

Bonifácio confirma que Câmara não precisará eleger Presidente

Foto de Antônio Lara

BELO HORIZONTE — O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) confirmou ontem a informação do Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) de que o substitutivo à proposta de emenda constitucional para convocação da Constituinte determinou a instalação de uma Assembléia exclusiva e unicameral, deixando sem sentido a discussão sobre a eleição do novo Presidente da Câmara dos Deputados, já que ela não funcionará durante os trabalhos constituintes.

As vésperas de seu terceiro mandato na Câmara, Bonifácio de Andrada é considerado um especialista em Direito Constitucional, matéria que leciona na Universidade de Brasília e na Universidade Católica de Minas Gerais. Ele foi um dos representantes do PDS na comissão mista que deu parecer à proposta de emenda convocando a Constituinte.

Segundo o Deputado, a proposta original do Palácio do Planalto, em seu Artigo 1º, não fixava uma Constituinte exclusiva e unicameral, por estabelecer que os membros da Câmara e do Senado se reuniram em Assembléia Constituinte, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", expressão que acabou suprimida na votação final.

— Estávamos diante de uma deturpação total da pregação do PMDB nas praças públicas, visto que o texto original não estava convocando uma Assembléia Constituinte, embora esse termo estivesse sendo abusivamente usado. No caso, a Câmara e o Senado continuariam a existir e os parlamentares não poderiam ser considerados constituintes — observou.

Na reunião da comissão mista que examinou a proposta, foi levantada a questão com muita ênfase, com o apoio dos Deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB), José Machado Sobri-



Bonifácio afirma que a Constituinte exclusiva é uma tradição brasileira

nho (PFL) e José Genoíno (PT). "Com surpresa, verificamos que o Presidente Ulysses Guimarães e o Líder Pimenta da Veiga estavam favoráveis à nossa tese, tendo Ulysses revelado que tinha sido derrotado no Conselho Político que elaborou o texto da proposta", disse.

— Na comissão — acrescentou o Deputado — apresentamos emendas suprimindo a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" do Artigo 1º, e também a expressão "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura", do Artigo 3º. Fomos derrotados por um voto.

De acordo com Bonifácio de Andrada, quando proposta chegou ao plenário do Congresso foi repetida apresentação das duas emendas, com apoio do então Líder do PDS, Prisco Viana. "Não sabemos se foi por um cochilo ou por um apoio sigiloso das Lideranças do PMDB, mas a verdade é que as nossas emendas foram aprovadas. Tivemos de atravessar uma

madrugada e um dia obstruindo os trabalhos do Congresso para aprovar nossas emendas", lembrou.

— Por fim, a Mesa teve de se render e ao serem votadas no Senado, dentro da reunião do Congresso, as emendas também alcançaram aprovação por um voto apenas. Do contrário estaria ameaçada a própria convocação da Constituinte. Ficou uma redação muito semelhante à proposição de convocação da Constituinte de 1946. Aliás, todas as nossas Constituintes funcionaram com exclusividade, sem qualquer outro tipo de órgãos representativos funcionando paralelamente, como em qualquer parte do mundo ocidental, o que garante os poderes soberanos — assinalou o Deputado.

Ele acrescentou que uma Constituinte, se autêntica, "traz consigo uma dinâmica tão grande que jamais permitiria o engodo de reuniões da Câmara dos Deputados e do Senado e muito menos disputa para as Presidências dessas instituições".

João Gilberto considera tese da eleição 'malandra'

PORTO ALEGRE — O Deputado João Gilberto Lucas Coelho (PMDB-RS) confirmou ontem que o ato convocatório da Constituinte extinguiu, ao menos temporariamente, os cargos de Presidente da Câmara e do Senado. Ele concorda com a interpretação do Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), acrescentando que os que defendem a eleição para esses postos procuram se apoiar numa "tese malandra": argumentam que o cargo de Presidente da Constituinte precisa ser acumulado por quem ocupar a Presidência da Câmara para evitar que seja meramente decorativo, sem qualquer infra-estrutura administrativa.

João Gilberto alerta, porém, que o ato convocatório é claro: a Constituinte se reunirá unicameralmente,

a princípio sem qualquer funcionamento paralelo do Senado e da Câmara, o que justificaria a escolha de Presidentes. Criticou os que procuram "fechar os olhos para esta realidade jurídica" insistindo na necessidade de eleição de Presidentes para as duas Casas. Uma das maiores autoridades do País em Direito Constitucional, João Gilberto lembra que na sessão de instalação o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) marcará a eleição do Presidente da Constituinte.

Isso poderá ocorrer na tarde do segundo dia dos trabalhos da Constituinte, o que possibilitaria a tentativa, pelos setores que defendem a escolha, de realizar eleições para as Presidências do Senado e da Câmara. Ele explica, porém, que esta po-

derá ser uma iniciativa frustrada, desde que a maioria dos deputados eleitos opte pelo "rumo certo" — o de não escolher um Presidente para a Câmara, tornando sem efeito a eleição para a Presidência do Senado.

Segundo o procedimento definido pelo ato convocatório, os constituintes terão de examinar com urgência como será tratada a votação de legislação ordinária. João Gilberto lembra que pode ser votado o projeto do Deputado Ulysses Guimarães criando uma comissão paralela encarregada disso ou então a tese defendida pela bancada gaúcha do PMDB — a de que a Constituinte somente examine casos efetivamente urgentes e que os assuntos sejam submetidos a todo o Plenário.

Prisco lembra que a Carta manda eleger Mesas

BRASÍLIA — A emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte não revogou a Constituição em vigor, que determina a eleição de Mesas Diretoras para a Câmara e o Senado no início da próxima legislatura. Assim o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) rebateu, ontem, a interpretação do Deputado Israel Pinheiro Filho à Emenda 26, segundo a qual ela teria extinguido as Presidências das duas Casas. Prisco acha que o desencontro de opiniões sobre o assunto deve-se, sobretudo, à "atipicidade" da Constituinte congressual, que se instalará a 1º de fevereiro, em relação à de 1946.

Segundo Israel Pinheiro, o texto original da Emenda 26 dizia que os membros da Câmara e do Senado se

reuniriam "unicameralmente, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", mas uma emenda do PDS retirou esta última referência.

— Aquilo foi uma manobra para valorizar a participação do PDS na convocação da Constituinte — explicou Prisco Viana, que, na época, era o Líder pedessista na Câmara.

— A emenda também não disse que era com prejuízo das atribuições constitucionais de deputados e senadores — argumentou.

O Presidente do Senado, José Fragelli, disse que não vê como este ano o Senado e a Câmara poderiam deixar de funcionar em virtude da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, conforme a interpreta-

ção de Israel Pinheiro Filho.

Segundo Fragelli, se não funcionarem Senado e Câmara, pelo menos a tese de Ulysses Guimarães de criação de uma grande comissão destinada a examinar a legislação ordinária deverá ser retomada, para evitar um caos maior.

— Se não tivermos Senado e Câmara, o Governo será obrigado a executar a ditadura democrática do decreto-lei para poder governar o País — disse.

Fragelli defendeu não só o funcionamento do Senado e da Câmara como a manutenção do sistema bicameral — as duas Casas deliberando separadamente —, pois no unicameralismo, segundo ele, se esfalcaria o sentido federativo do País.

Ulysses convidará Sarney para a instalação da Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente Sarney vai comparecer à sessão solene de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro, um domingo. O convite formal será feito pessoalmente pelo Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

Na manhã desse dia, haverá uma solenidade menos concorrida, o compromisso de posse dos deputados e senadores eleitos em novembro, que, com isso, passarão a ser constituintes. Essa sessão será bem mais curta — cerca de dez minutos — do que a da instalação da Constituinte, à tarde, para a qual estão previstos 40 minutos.

Após a instalação da Constituinte, será executado o Hino Nacional dentro do Plenário e nos jardins à frente da rampa principal do Congresso. Na parte ex-

terna, haverá salva de 21 tiros de canhão e hasteamento das bandeiras do Senado e da Câmara.

Para encerrar a sessão, o Presidente do Supremo Tribunal Federal — que presidirá a instalação e a eleição do Presidente da Constituinte, prevista para o dia 2 de fevereiro, uma segunda-feira — pronunciará um discurso, findo o qual convidará a todos para um concerto sinfônico nos jardins do Congresso.

O concerto sinfônico foi a forma encontrada para integrar povo e Constituinte, uma vez que será impossível o acesso de populares às galerias da Câmara, que serão ocupadas por convidados especiais — corpo diplomático, autoridades eclesiais, civis e militares — e jornalistas credenciados para o evento.

D. Ivo pede participação geral para que Carta seja corajosa

PORTO ALEGRE — O Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, recomendou ontem que todos os brasileiros acompanhem com atenção os trabalhos da Constituinte desde o início, para que, com a participação popular, seja elaborada uma Constituição "moderna, realista, corajosa, realmente democrática e consagrada dos direitos individuais dos cidadãos".

Após lembrar que a Igreja Católica não vai abdicar do seu direito de acompanhar os trabalhos constituintes, D. Ivo confirmou, em seu programa semanal

de rádio em Santa Maria, a formação, em Brasília, de um grupo de trabalho. Esse grupo, informou, terá atribuições de "acompanhar o dia-a-dia dos debates e informar as Dioceses, Regionais e organismos da Igreja sobre os acontecimentos da Constituinte". Com isso, o grupo poderá "articular-se com outros que fazem trabalhos afins", "receber as aspirações e propostas das comunidades, encaminhando-as aos constituintes", e "oferecer subsídios sobre temas de maior preocupação da Igreja".